

# Dívida, a questão principal

por Cecílio Pires  
de Brasília

O governo poderá suspender o pagamento da dívida externa como principal medida para uma intervenção na economia negociada com os partidos que formam a Aliança Democrática. Esta hipótese era claramente admitida ontem por algumas das

principais lideranças do PMDB ouvidas nos últimos dias pela equipe econômica. O que não havia ganhado consenso ainda, dentro do partido, era a forma como esta suspensão deveria ser conduzida pelo governo.

Para o senador Mário Covas, o partido está unido em torno da necessidade de se adotar uma posição mais rígida no tratamento da dívida. Mas defende que a suspensão "não deve surgir como fruto de uma decisão política, e sim como resultado de uma situação prática.

O deputado Pimenta da Veiga, ao contrário, afirma que, se o governo tomar essa decisão, ela deverá ter "caráter político e técnico. Esta sempre foi uma idéia defendida pelo PMDB".

Dentro do elenco de medidas que o governo vem preparando para intervir na economia, as lideranças do PMDB descartavam outras soluções de grande profundidade. "O governo não vai adotar medidas de

conteúdo cirúrgico. Não há condições de uma reforma em profundidade, como foi a do Cruzado", disse o senador Mário Covas. "Não vejo nenhuma necessidade de um choque na economia", concordou o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

A suspensão do pagamento da dívida externa, para a maioria das lideranças pemedebistas, viria no bojo de um conjunto de medidas para reequilibrar a economia, que incluiria o estabelecimento de juros diferenciados para os setores (como agricultura, por exemplo) e tabelamento dos "spreads" praticados pelos bancos. A hipótese de um novo congelamento de preços e salários é medida descartada.

Segundo uma fonte credenciada do Palácio do Planalto, o governo passaria agora de uma liberação de preços para um sistema administrado de preços e salários dentro de uma negociação política que reduza ao mínimo as perdas.